

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 936

STF vai ao Planejamento com proposta fechada

Diretores Gerais de todos os tribunais superiores estarão na reunião

Em reunião ontem, com a Fenajufe, após o Ato de Brasília que reuniu cerca de 3.000 servidores, o Diretor geral do STF confirmou que levará nesta quarta-feira (9) ao Planejamento uma posição fechada do Judiciário em torno da aprovação do PL 6613/2009, que revisa o PCS. Ele vai acompanhado dos diretores-gerais de todos os tribunais superiores e disse que a reunião demorou a ser marcada por conta do governo e que “o Judiciário está com posição fechada e que ela será levada ao Planejamento para que se busque resolver logo a questão”, segundo Adilson do Sintrajud-SP, que participou da reunião.

Segundo Diniz repassou aos servidores, o próprio presidente do STF, Cezar Peluso, já demonstrou descontentamento com o fato de outros projetos já terem sido aprovados na Câmara, entre eles o dos servidores daquela própria Casa, e o do Judiciário continuar parado na Comissão de Trabalho.

Os representantes do Comando de Greve reivindicaram a participação da federação e dos ser-

vidores na reunião no Planejamento, prevista para começar por volta das 18 horas de hoje. Diniz ficou de levar isso ao presidente do STF e depois retornar com a resposta. Os servidores solicitaram ainda que Peluso receba a direção da Fenajufe nesse processo de negociação. O diretor-geral outra vez ficou de encaminhar a questão, destacando que isso teria chances maiores de acontecer a partir de um eventual resultado mais concreto da reunião desta quarta.

Os servidores também criticaram as recentes decisões liminares contrárias ao direito de greve. Antes da negociação, alguns milhares de servidores se manifestaram em frente ao STF. Portando apitos e cornetas, fizeram barulho ensurdecedor. Naturalmente, a grande maioria dos servidores que esteve no protesto é de Brasília. Mas praticamente todos os estados em greve estiveram representados e reafirmaram, do carro de som, a determinação de manter a paralisação nacional até que o governo ceda e aceite um acordo. (com informações do Sintrajud-SP).

VENHA PARA A LUTA

Assembleia hoje, quarta, dia 9, às 16 horas, no TRT

Ato de ontem no STF reuniu 3.000 servidores de todos os estados

Em mais uma atividade da greve nacional pela aprovação do PCS, aproximadamente 3 mil servidores de vários estados do país e do Distrito Federal se reuniram nesta terça-feira, 8 de junho, em um grande ato público, em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Os servidores se concentraram na porta do Supremo e depois deram uma volta no Anexo II, onde ficam os gabinetes dos ministros e o CNJ. Lá gritaram palavras de ordem, chamando os colegas do STF a descerem para aderir à greve e participar da manifestação. O coordenador da Fenajufe Jean Loiola, que conduziu o ato e falou em nome da Federação, saudou todas as delegações presentes e ressaltou a importância da unidade da categoria, nesse momento em que os grevistas vêm sofrendo retaliações das administrações dos tribunais. “Aqui temos delegações de vários estados em greve, o que mostra que o movimento é nacional e que não vamos recuar enquanto não vermos os nossos PCSs aprovados”, dis-

se Jean, orientando, ainda, que a categoria continue nas ruas, com suas bandeiras erguidas e fazendo muito barulho em defesa da valorização dos servidores do Judiciário Federal e do MPU. Além do coordenador da Fenajufe, também falaram no ato representantes dos sindicatos que estiveram presentes: Sinjeam-AM, Sindjufe-BA, Sintrajufe-MA, Sindjufe-MT, Sitraemg-MG, Sindjufe-PB, Sindjus-AL, Sintrajuf-PE, Sintrajufe-PI, Sinjutra-PR, Sisejufe-RJ, Sintrajufe-RS, Sindjuf-PA/AP, Sintrajusc-SC, Sintrajud-SP e Sinsjustra-RO/AC. Todas as intervenções ressaltaram a importância da greve e a necessidade dos servidores continuarem unidos no movimento, que já completou um mês em vários estados. Os dirigentes sindicais também mandaram um recado à presidência do STF e à PGR, reivindicando que agilizem as negociações com o governo federal, necessárias à aprovação e a implementação das propostas de revisão salarial.

Hoje pela manhã, cerco ao Congresso

Na manhã desta quarta-feira, 9 de junho, servidores em greve, que vieram de vários estados, compareceram à Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados cobrando uma interlocução com o governo para fechar acordo sobre negociação orçamentária do PL 6613/09. Também entregam uma carta aos parlamentares, explicando os motivos da greve da categoria e reafirmando a necessidade de uma negociação efetiva, já que o tempo está se esgotando, com a proximidade da Copa do Mundo e do recesso parlamentar. As delegações contataram deputados de seus estados e as lideranças partidárias para entregar a carta. Segundo avaliação dos dirigentes sindicais, durante reunião do Comando Nacional de Greve na noite de hoje, a questão central no momento é garantir que haja uma negociação efetiva referente à previsão orçamentária para a implementação dos novos planos. Os integrantes do Comando Nacional de Greve se reúnem na sede da Fenajufe, às 13h30. Em seguida, participam de outro ato público em frente ao STF, às 15h, promovido pelo Sindjus-DF.

Comando de Greve se reúne com Presidente do TRT

O Comando Estadual de Greve se reuniu ontem no início da tarde com o Presidente do TRT, Gilmar Cavalheri, que no dia anterior havia dado a entender que determinaria o corte de salário dos grevistas da Justiça do Trabalho. Na reunião, o Presidente disse que, na sua interpretação da lei, dias de greve são dias não trabalhados e não podem ser pagos a priori. Os representantes do Comando de Greve, que estavam acompanhados do Advogado do Sindicato mostraram que, de acordo com a decisão do STF, dias parados e reposição do trabalho podem ser objeto de negociação, e é isto que a categoria espera do TRT. Foi argumentado que o desconto dos dias parados de forma unilateral, sem negociação estaria contra o objetivo primeiro da Justiça do Trabalho que é a conciliação e que tal atitude significaria uma ruptura na prática do diálogo entre o TRT e os servidores, que vem sendo utilizada há mais de 10 anos para resolver inúmeras questões conflituosas. O Presidente do TRT garantiu que não haverá descontos na folha de junho e que determinou à assessoria jurídica do tribunal a realização de análise da decisão do STF que regulamentou a greve no serviço público a fim de verificar a legalidade de um possível acordo. Disse também que a negociação continua aberta. A assessoria jurídica do Sindicato passará subsídios à do TRT para ajudar no trabalho.